RBTCC Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva
e-ISSN: 1982-3541

O que é violência? Uma análise sobre os usos do termo na literatura analítico-comportamental

What is violence? An analysis about the use of the term in behavior-analytic literature

¿Qué es la violencia? Un análisis de los usos del término en la literatura analítica conductual

RESUMO: O objetivo deste trabalho consistiu em analisar o uso do termo "violência" na literatura analítico-comportamental. Especificamente, buscamos localizar e descrever as categorias de pesquisa sobre violência, as suas dimensões temáticas de estudo e as principais categorias comportamentais a ela associadas. Argumentamos que não há uma definição consensual de violência na literatura analítico-comportamental. O uso do termo parece estar associado (a) a topografias específicas de resposta ou aos efeitos (não função) produzidos por ela, (b) à agressão, (c) à coerção, (d) à função de fuga do comportar-se violento, (e) ao seu papel como condição antecedente aversiva que desencadeia respostas de fuga e esquiva, e, especialmente em análises culturais, (f) a uma condição macrossocial que desencadeia práticas culturais diversas e não necessariamente ao comportamento de um agente específico. Encerramos com uma reflexão sobre os desdobramentos da adoção das diferentes características encontradas na definição da violência.

Palavras-chave: análise do comportamento, violência, coerção, agressão, formas de violência, pesquisa conceitual.

ABSTRACT: The goal of this work was to analyze the use of the term "violence" in behavior analysis literature. Specifically, we aimed to locate and describe the research categories about violence, the thematic domains of violence studies, and the main behavioral categories associated with violence. We argued there is not a consensual definition of violence in behavior-analytic literature. The use of the term seems to be associated with (a) specific topographies of response or to its harmful effects (not function), (b) aggression, (c) coercion, (d) the escape function of violent behavior, (e) its role as aversive condition that leads to escape or

Autores

Raphael Rocha de Almeida [1*]

Diego Zilio [2]

[1, 2] Universidade Federal do Espírito Santo.

Correspondente

* raphaelrdealmeida@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP). Centro de Ciências Humanas e Naturais. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Avenida Fernando Ferrari, 514. Goiabeiras, Vitória – ES. Brasil. CEP: 29075-910.

Dados do Artigo

DOI: 10.31505/rbtcc.v22i1.1419

Recebido: 22 de Fevereiro de 2020
Revisado: 21 de Outubro de 2020
Aprovado: 29 de Outubro de 2020

Como citar este documento

Almeida, R. R., Zilio, D. (2020). O que é violência? Uma análise sobre os usos do termo na literatura analítico-comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 22. https://doi.org/10.31505/rbtcc.v22i1.1419

OPEN ACCESS

É permitido compartilhar e adaptar. Deve dar o crédito apropriado, não pode usar para fins comerciais.

avoidance pattern, and, especially in cultural analyses, (f) with macrosocial conditions that engender a variety of cultural practices instead of the behavior of a particular agent. We ended this paper with some reflections on the consequences of adopting those different characteristics associated with violence.
Keywords: behavior analysis, violence, coercion, aggression, forms of violence, conceptual research.

RESUMEN: El objetivo de este trabajo fue analizar el uso del término "violencia" en la literatura analítica-conductual. Específicamente, buscamos describir las categorías de investigación sobre violencia, sus dimensiones temáticas de estudio y las principales categorías conductuales asociadas a ella. Argumentamos que no existe una definición consensuada de violencia en la literatura conductual. El uso del término parece estar asociado (a) con topografías específicas de respuesta o con los efectos (no función) por ella producidos, (b) con agresión, (c) con coerción, (d) con la función de escape dal conducta violenta, (e) su papel como condición antecedente aversiva que desencadena respuestas de escape y evasión, y, especialmente en las análisis culturales, (f) una condición macrosocial que desencadena diversas prácticas culturales y no necesariamente a el comportamiento de un agente específico. Terminamos con una reflexión sobre las consecuencias de la adopción de las diferentes características encontradas en la definición de violencia..
Palabras clave: análisis conductal, violencia, coerción, agresión, formas de violencia, investigación conceptual.

A World Health Organization [WHO] (2008) define violência como "o uso intencional da força física ou poder, ameaçador ou atual, contra si mesmo, outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulta ou tem alta possibilidade de resultar em injúria, morte, danos psicológicos, baixo desenvolvimento ou privação" (p. 4). Ou seja, é um evento que implica lesão e privação de liberdades substanciais (e.g., direito à alimentação, expressão, mobilidade) para que o violentador ocasione às vitimas privação do exercício de seus direitos, possibilitado pela diferença de poder entre as duas partes. Assim, por exemplo, segundo essa definição, se comete uma violência quando se ameaça uma mulher a manter um relacionamento abusivo; quando há a privação de nutrição, cuidados e educação a uma criança, por parte de seus cuidadores; ou ainda, o genocídio de populações politicamente fragilizadas pode ser considerado um evento violento. Nota-se que a definição da WHO (2008) é funcionalmente ampla. Atos de violência podem ser cometidos de várias formas (topografias), por razões variadas (funções), e devido a fatores distintos (contextos). Por essa razão, é tarefa difícil imaginar uma definição que englobe toda e qualquer situação "violenta", que traga um elemento consensual presente em todos os casos assim qualificados (Crettiez, 2008/2011). Ainda assim, definir precisamente o fenômeno que se pretende estudar é elemento essencial para que se chegue a uma explicação efetiva e consensual, pois definições divergentes podem levar a "diferentes questões de pesquisa, escolhas de variáveis, delineamentos experimentais e modelos explicativos" (Zilio & Hunziker, 2015, p. 75). Em suma, definições influenciam o comportamento do cientista em todas as dimensões da pesquisa (cf. Hanson,

1958; Zilio, 2019). Diante desse contexto, tratar da definição de "violência" é o objetivo central deste artigo. Como todo trabalho resulta de um recorte metodológico, posta a impossibilidade de esgotar tudo o que se pode saber sobre um assunto (nesse caso, violência), aqui focaremos especificamente como a literatura de análise do comportamento define "violência".

Abib (1994) pontua que a teoria do significado behaviorista radical trata dos discursos e linguagens estabelecidos pela cultura em que se insere o cientista - afinal o discurso do cientista também é campo passível de análise científica, como já dizia Skinner (1945/1984, 1957). As variáveis que controlam o uso dos termos são, portanto, variáveis contextuais. Para Abib (1994), "é o contexto da linguagem e da cultura que constrói o significado que explica a emissão do comportamento verbal" (p. 484). O autor ainda fornece quatro recomendações para a realização de análises conceituais:

> Se o comportamento verbal é significativo e é explicado por significados, há, então, uma tarefa para o intérprete do comportamento verbal, cujo esboço poderia ser o seguinte: (1) circunscrever o seu objeto de estudo como a ação verbal significativa de indivíduos nos contextos da linguagem e da cultura; (2) delimitar o seu método de investigação como a interpretação do significado da ação verbal significativa de indivíduos nos contextos da linguagem e da cultura; (3) concentrar-se, fundamentalmente, na geração incessante de mais comportamento verbal nos contextos da linguagem e da cultura, para interpretar o comportamento verbal que está sendo o objeto de estudo; (4) manter a tese do contextualismo sempre presente, pois é no contexto que se pode interpretar como alguém pode dizer o que não pretende ou não dizer o que pretende. (Abib, 1994, p. 486)

No presente trabalho, a ação verbal a qual Abib (1994) se refere consistirá na ocorrência do termo "violência" no contexto dos textos de análise do comportamento. Avaliar o uso de um termo por parte da comunidade verbal, neste caso, especificamente de analistas do comportamento, a partir de suas produções verbais (textos) é uma maneira possível de acessar, ao menos parcialmente, as variáveis contextuais que dão a ele sentido. Configura-se, assim, um primeiro passo (haja vista a ausência de textos sobre o tema na área) na "geração incessante de mais comportamento verbal" com o objetivo de elucidar o que se entende por "violência" na análise do comportamento.

Método

Foram selecionados 16 periódicos que possuem políticas editoriais comprometidas com a análise do comportamento: Acta Comportamentalia (AC); Behavior Analysis and Social Action (BASA); Behavior and Philosophy (BP); Behavior and Social Issues (BSI); Behaviorists for Social Action (BSA); European Journal of Behavior Analysis (EJOBA); Journal of the Experimental Analysis of Behavior (JEAB); Journal of Applied Analysis of Behavior (JABA); Perspectives on Behavior Science (PBS); The Analysis of Verbal Behavior (TAVB); The Behavior Analyst Today (TBAT); The Psychological Record (TPR); Revista Mexicana de Análisis de la Conducta (RMAC); Perspectivas em Análise do Comportamento (PAC); Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva (RBTCC); e Revista Brasileira de Análise do Comportamento (REBAC). Os textos foram resgatados diretamente dos mecanismos de busca dos periódicos em seus respectivos sites. Objetivou-se a seleção de textos escritos em inglês, português e espanhol. Visando complementar a análise feita a partir dos periódicos selecionados, outras duas fontes foram utilizadas. A primeira consistiu na base de dados SciELO. A segunda consistiu na série de livros *Sobre Comportamento e Cognição (SCC)*, devido à sua relevância como meio de publicação veiculado aos encontros anuais da Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental (ABPMC).

Em todos os periódicos a busca foi feita pelo uso do indexador "violência", quando se tratava de periódicos em língua portuguesa; "violence", quando se tratavam de periódicos em língua inglesa; e "violencia", quando se tratavam de periódicos em língua espanhola. Na base de dados SciELO a busca foi feita com os indexadores "behaviorismo", "análise do comportamento" e "violência" em conjunto. Todos os artigos que continham as palavras-chave em seus títulos, resumos ou corpo de texto foram selecionados. Em relação à coleção *Sobre Comportamento e Cognição* o indexador utilizado na busca foi "violência". Todos os capítulos que continham a palavras-chave em seus títulos, resumos ou corpo de texto foram selecionados.

Visando delimitar a seleção do material diante de nosso objetivo de pesquisa, procedemos à leitura inicial do material selecionado pelo critério de palavras-chave para, então, selecionar apenas aqueles cujo objetivo primário era o estudo da violência. Um texto que apresentasse, por exemplo, o termo "violência" no título de uma referência usada, mas que não tinha "violência" como tema central foi excluído.

Encerrado o levantamento, procedeu-se a análise. A primeira etapa consistiu em selecionar e agrupar em tabelas todas as passagens que continham o termo "violência". A extensão da seleção (a "quantidade" de texto selecionada) foi delimitada, em primeiro lugar, pela sentença (toda a sentença que continha o termo era selecionada) e, em segundo lugar, pelo parágrafo do qual a sentença fazia parte (todo o parágrafo era selecionado). A seleção do parágrafo total ocorria quando, após a leitura da passagem, constatava-se relevante ampliar a seleção para termos mais informações sobre o contexto de ocorrência do termo. As tabelas produzidas focaram aspectos como objetivos da pesquisa e categorização do violentador/violentado; definições de violência; dimensões temáticas associadas à violência; topografias e funções dos comportamentos violentos; categorias de pesquisa da violência. Após essa organização dos dados, realizamos a análise quantitativa e reflexões qualitativas acerca dos mesmos, cujo produto será apresentado nas seções seguintes deste artigo.

Distribuição dos textos entre as fontes consultadas e categorias de pesquisa

A partir dos critérios descritos na seção de método obtivemos um total de 61 textos que serviram de base à nossa pesquisa. Esses textos estão marcados com asteriscos na seção de referências bibliográficas. Alguns periódicos contribuíram com mais artigos em comparação a outros como se pode notar na Tabela 1.

Em adição, foi feita a identificação das categorias de pesquisa sobre violência. Quatro categorias foram delineadas: (a) empírica experimental, (b) empírica não experimental, (c) aplicada, e (d) interpretativa. Cada categoria está dentro de três grandes ramos de atuação da Análise do Comportamento: a pesquisa aplicada, a experimental (da qual, em sua extensão, estão as pesquisas empíricas não experimentais e experimentais) e a conceitual/filosófica (Tourinho, 1999; Zilio, 2019).

Um estudo da categoria *empírica experimental* envolve o controle e manipulação sobre a variável independente e a avaliação do seu efeito na variável dependente. Tal recorte e manipulação de variáveis devem ser feito em condições ambientais controladas (Creswell, 2010). Um exemplo dessa categoria de pesquisa é dado por Harlow (1937) que estudou o condicionamento de medo em macacos restritos fisicamente, a partir de um pequeno instrumento que lançava um parafuso em sua direção (estímulo incondicional) pareado ao toque de um sino (estímulo neutro) para que o segundo se tornasse estímulo condicional em relação às respostas de medo, antes eliciada somente pelo estímulo incondicional.

Tabela 1

Distribuição dos Textos entre Fontes e Categorias de Pesquisa

Fonte	Categorias de Pesquisa				Total por Fonte
	Empírica Experimental	Empírica não-Experimental	Aplicada	Interpretativa	
TPR	6	3	1	3	13
BSI	–	3	–	8	11
SCG	–	2	3	6	11
PBS	1	–	1	5	7
RBTCC	–	1	2	1	4
JABA	–	–	–	3	3
EJBOA	–	1	–	2	3
AC	–	2	–	1	3
REBAC	–	–	–	2	2
RMAC	1	–	–	–	1
Temas em Psicologia (Scielo)	–	–	–	1	1
TBAT	–	–	1	–	1
BP	–	–	–	1	1
Total por Categorias	8	12	8	33	61

A segunda categoria tratou dos estudos *empíricos não experimentais*, em que há coleta de dados empíricos, mas não por meio de pesquisa com delineamento experimental e manipulação direta de variáveis. Usualmente são pesquisas amparadas por análises estatísticas correlacionais, levantamentos demográficos e também estudos via uso de entrevistas não estruturadas, como ocorreu com as mulheres vítimas de maridos ciumentos, entrevistadas por Lacerda e Costa (2013).

A pesquisa *interpretativa* consiste na interpretação de um evento comportamental a partir de conceitos e princípios básicos da análise do comportamento (estes sim forjados experimentalmente), buscando compreender quais são as suas possíveis variáveis controladoras, mas sem ter o controle ou manipulação de variáveis independentes em condições controladas (Donahoe, 2004; Palmer, 2011). Ruiz (2009) é um exemplo de pesquisa que utilizou princípios da análise do comportamento para interpretar um evento psicológico: a autora salientou que os efeitos cumulativos e extensíveis no tempo das relações abusivas, em que mulheres agredidas e abusadas cronicamente estão impedidas de exercer seus próprios interesses, podem ser usados como um paradigma oposto à tese segundo a qual somente o efeito imediato de agressões deveria ser considerado como passível de punição. Ao contrário, de acordo com a autora, os efeitos das punições são acumulados e estendidos, o que caracteriza, por exemplo, o assassinato de um abusador, por sua companheira, como uma forma de resistência (legítima defesa) em relação a um longo período anterior de abuso - apesar de nenhum ato agressivo tangível por parte do abusador ter sido cometido imediatamente antes de seu homicídio. Ruiz (2009) apresenta uma perspectiva *molar* antagônica à concepção *molecular* sobre os comportamentos humanos (Baum, 2005/2006).

Os estudos *aplicados* se distinguem pela aplicação de intervenções que objetivam a mudança de comportamentos a partir de demandas socialmente relevantes (Baer, Wolf & Risley, 1968; Critchfield & Reed, 2017). Nessa categoria entra desde os relatos clínicos, como o esva-

necimento de uma fobia generalizada por ambientes que não sejam domésticos, decorrente da violência urbana (Balvedi, 2004), passando pelas intervenções visando diminuição de frequência de comportamentos agressivos e violentos em crianças (Prada & Williams, 2007), até as medidas de seleção de comportamentos não agressivos em crianças de um abrigo infantil (Prada & Williamns, 2007). A categoria aplicada envolve sempre estudos empíricos: as intervenções são feitas para alterar comportamentos. É o objetivo da que marca a distinção dos estudos aplicados dos empíricos experimentais e não experimentais: a intervenção aplicada ocorre sempre em função de uma demanda ou necessidade de uma pessoa, população ou instituição. A dimensão empírica dos estudos aplicados também é utilizada para distingui-lo de estudos que propõem intervenções, mas não as aplicaram: o estudo de Mayer (1995), por exemplo, apresenta uma proposta de redução da violência nas escolas norte-americanas, mas não é o relato de uma intervenção feita e, por essa razão, foi categorizado como interpretativo. A Tabela 1 sumariza os dados sobre a distribuição dos textos entre as categorias de pesquisa.

Na década de 1930 surge a primeira pesquisa, do tipo experimental, com o trabalho de Harlow (1937). Cabe ressaltar que 1937 é o ano de publicação do primeiro volume do jornal mais antigo consultado (The Psychological Record). Dessa forma, a década de 1930 abrange somente os anos de 1937 a 1939. As duas décadas subsequentes (1940-1949, 1950-1959) não apresentaram nenhuma pesquisa que se enquadrou em nossos critérios de seleção. Somente um texto, enquadrado na categoria interpretativa, foi publicado na década de 1960 (Kahn & Kirk, 1968). A distribuição passa a aumentar nas décadas de 1970 e 1980, com dois textos cada. Mas somente a partir da década de 1990 é que verificamos aumento considerável no número de publicações sobre o tema violência nos periódicos consultados, com oito textos da categoria interpretativa e quatro da experimental. Já a partir dos anos 2000 ocorreu o aumento da frequência das publicações das categorias empírica não-experimental e aplicada (com decréscimo nos anos 2010), além do contínuo avanço das pesquisas interpretativas e retorno da pesquisa experimental. A década de 2010 se encerrou em fevereiro de 2018 para a atual pesquisa, período em que foi feita a seleção bibliográfica. Nessa década, verificou-se um aumento considerável da categoria interpretativa, com treze textos, a despeito da leve queda das categorias empírico experimental e empírico não-experimental. A categoria que mais decaiu com a mudança de década foi a aplicada, retornando a um patamar só visto nas décadas de 1970 e 1980 (um único texto).

Dimensões temáticas

As dimensões temáticas de ocorrência do termo "violência" nos trabalhos foram delineadas na tentativa de tipificar contextos de ocorrência do termo "violência" nos textos, como por exemplo, estupros, massacres, agressões físicas em geral, negligências e explorações sociais. Deve-se salientar que as dimensões não caracterizam comportamentos, mas, sobretudo contextos verbais de ocorrência do termo e vítimas das violências explicitamente catalogadas nos textos (mulheres, crianças, pacientes psiquiátricos, alunos/professores, etc.). Contexto e vítimas, portanto, foram os únicos critérios inequívocos para delimitar as dimensões temáticas supracitadas. Essa tipificação pode contribuir para o esclarecimento sobre o que os analistas do comportamento pesquisam quando se referem ao comportamento violento em relação aos seus múltiplos contextos e não tem pretensões de esgotar todos os significados possíveis atribuídos ao termo "violência" e nem os contextos possíveis de sua ocorrência. Em adendo, como a tipificação foi realizada a partir do conteúdo dos textos consultados,

é provável que exista certa sobreposição entre as dimensões elencadas (por exemplo, violência contra a mulher e a violência sexual). A Tabela 2 apresenta tais dados.

Tabela 2

Dimensões Temáticas de Ocorrência do Termo "Violência"

Dimensões temáticas	**Frequência**
Contra a mulher	14
Experimental	9
Coletiva	8
Infantil	5
Urbana	5
Sexual	4
Escolar	3
Interpessoal não específica	3
Midiatizada	3
Racial	3
Armas de Fogo	1
Homofóbica	1
Psiquiátrica	1
Trânsito	1
Total	**61**

A dimensão violência contra as mulheres comportou 22,95% da seleção. Nela estão textos que relatam violências cometidas especialmente contra mulheres, sobretudo por parceiro íntimo (Callou, Bastos, Moreira & Souza, 2016; Gomes & Costa, 2014; Murrell, Christoff & Henning, 2005). Já a violência experimental, na segunda posição responsável por 14,75% da amostra, se delimita pela descrição de experimentos feitos com animais humanos e não humanos em contextos laboratoriais. Na terceira posição, com 13,11%, a violência coletiva se define pelos atos cometidos entre grupos sociais, ou seja, entre pessoas se comportando em grupo. Nela se enquadram atos macrossociais como lutas de gangues, terrorismo, guerras e a exploração capitalista dos mais necessitados (Mattaini, 2003, 2013). O quarto lugar foi ocupado pelas violências infantil e urbana, com 8,91% da amostra. A violência infantil é aquela cometida diretamente contra crianças e entre as próprias crianças. Nela estão incluídas, por exemplo, descrições amplas e genéricas de que tipos de violências crianças podem sofrer em custódia de cuidadores negligentes (Silvares, 2004) até as agressões físicas cometidas especificamente contra duas crianças adotadas (Valentim & Valle, 2004). A violência urbana foi caracterizada por crimes cometidos em centros urbanos, contextos de grande aglomeração humana, como delineados pelos autores presentes na seleção. Dentro dessa dimensão podem ser exemplificados assaltos à mão armada, furtos e dano a propriedade (Namo & Banaco, 1999).

A violência sexual esteve presente em quinto lugar, com 6,55% da seleção. Nela estiveram todos os textos que dissertavam diretamente e unicamente sobre a caracterização da violência sexual (estupro e assalto sexual), incluindo discussões sobre as topografias possíveis, tipos de vítimas, se a penetração de objetos e órgãos sexuais de vias não somente vaginais, mas também orais e anais, poderiam ser considerados como estupros (Sasson & Paul, 2014). As dimensões que compartilham o sexto lugar foram a escolar, interpessoal não específica, midiatizada e racial, com 4,91% da amostra cada uma (totalizando 19,67% da seleção). A dimensão escolar da violência se refere a atos cometidos no ambiente escolar, especialmente acometendo alunos (Mayer, 1995), mas, também, os docentes (Pereira & Gioia, 2010). As violências do tipo interpessoal foram aquelas parcamente descritas nos textos encontrados. Não era possível distinguir o que era (1) contexto e o (2) objeto primário de violência dado que os textos não especificaram explicitamente tais informações. Assim, por exemplo, se enquadram nessa categoria o texto de Valentim (2005), que é um apelo aos analistas do comportamento a enquadrarem a violência em seu rol de temas para pesquisa; e Neto, Al-

ves e Baptista (2007), que descrevem a violência acometendo vários estratos sociais brasileiros, mas sem posicionar em qual deles se enquadra o evento violento que descrevem. A violência midiatizada, por sua vez, se circunscreve àqueles textos que se referiam à violência expressa na mídia, jornalística (Amorim, 1999) e televisiva (Holth, 2010). A violência racial esteve em estudos que descreviam atos violentos cometidos contra grupos desfavorecidos e vitimizados exclusivamente por sua etnia diferente da dominante. Assim foram em estudos com aborígenes australianos da *Stolen Generation* (Fromene & Guerin, 2014; Fromene, Guerin & Krieg, 2014) ou com o massacre de judeus asquenazes pelo Batalhão Nacional-Socialista Reformado 101 durante a Segunda Guerra Mundial (Navarick, 2012).

As dimensões que ocupam o sétimo lugar foram violências com armas de fogo, homofóbicas, psiquiátricas e cometidas no trânsito, com 1,6% cada (totalizando 6,5% da seleção). Mattaini (2012) dissertou sobre o uso de armas de fogo nos Estados Unidos da América. Como essa dimensão é ampla o suficiente para englobar atos cometidos entre pessoas e grupos e ela acomete especialmente uma alta parcela da população norte-americana se optou por alocá-la em uma dimensão em separado. A violência homofóbica, como entendida por Fazzano e Gallo (2015), acomete homossexuais masculinos e femininos (embora também ocorra contra heterossexuais classificados como homossexuais por seus agressores) pela exclusividade de sua orientação sexual. A violência psiquiátrica, como descrita por Edwards (1974), engloba ações cometidas pela instituição psiquiátrica contra seus pacientes assim como insere os atos lesivos cometidos por pacientes agressivos, especialmente com o estudo de caso presente em que um paciente esquizofrênico sofreu eletro-choques e contenção física gradualmente retirada à medida que mitigava seu comportamento agressivo. Já a violência no trânsito Mestre et al. (2004) descreveram atos infracionais (atropelamentos, batidas, etc.) cometidos na direção de automóveis.

Transtornos mentais também estiveram presentes entre as dimensões, especificamente o caso do paciente com esquizofrenia maior descrito por Edwards (1974). Tal foi o caso, também, de pesquisas como a da dimensão experimental com pessoas diagnosticadas com transtorno da personalidade antissocial (Alcorn, Rathnayaka, Swann, Moeller & Lane, 2015) que administrou oxitocina nasal para verificar a diminuição de frequência de comportamentos agressivos; as pesquisas com pacientes aborígenes com transtorno da personalidade borderline (Fromene & Guerin, 2014; Fromene, Guerin & Krieg, 2014) e o esvanecimento por dessensibilização sistemática de um caso de transtorno social fóbico derivado da exposição à violência urbana (Balvedi, 2004).

Significados de violência

Na busca das possíveis variáveis de controle de uso do termo "violência" na literatura consultada consideramos primeiramente duas categorias: *topográfica* e *funcional*. A categoria topográfica envolve caracterizações que privilegiavam a forma e/ou configuração física da resposta (Catania, 1998/1999). Uma perspectiva topográfica salienta o ato, independente da cadeia de antecedentes e consequentes associados ao comportamento. Já a categoria funcional se especifica pela descrição das consequências que mantêm o comportamento (Goulart, Delage, Rico & Brino, 2012), de modo a englobar a topografia, mas sem se basear nela para definir a classe comportamental - esta é definida funcionalmente. Em suma, ela deve (1) descrever relações contexto-comportamento e não apenas a dimensão comportamental, o que implica (2) elencar o contexto de ocorrência e/ou as consequências do comportamento e (3) a sua função na seleção e manutenção do mesmo.

Mattaini (2013), por exemplo, parece apresentar elementos topográficos e funcionais em sua descrição da violência: "Violência coletiva, incluindo repressão política, guerra, genocídio, e violência associado com drogas, tráfico de humanos e armas" (p. 1). A compreensão topográfica privilegiava a descrição e identificação de aspectos agressivos e lesivos de *alta magnitude* aversiva das interações entre grupos sociais que podem objetivar a destruição dos seus antagonistas em sua generalidade. A definição funcional, que foi um empréstimo teórico advindo de outras teorizações sobre justiça social, se ateve a uma relação de sujeitos violentadores que deliberadamente (segundo o autor) manipulam as instituições para monopolizarem os recursos. Já a descrição sobre as instituições se lastrearem diretamente na exploração dos mais necessitados, e não cita atos violentos específicos para figurar a destrutividade do evento, mas está figurando uma relação por ele considerada injusta de dependência:

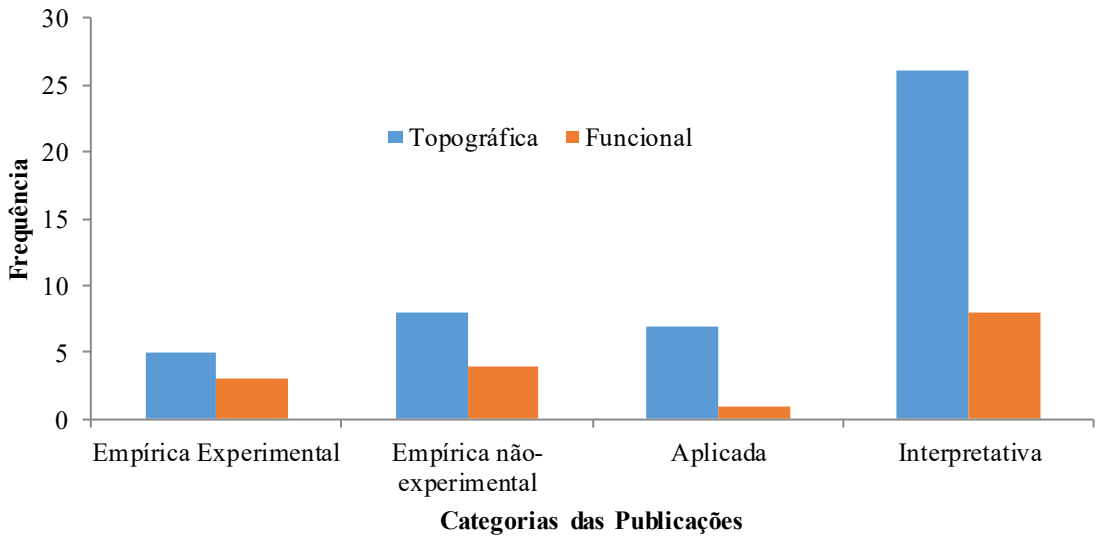
> Todos os problemas notados são produtos de padrões estabelecidos de transações entre sistemas comportamentais humanos, os quais são responsáveis por modelar os 'vilões' e marginalizar populações inteiras enquanto privilegiam outras. Os resultados desses padrões são o que o médico e defensor dos direitos humanos Paul Farmer nomeia *'violência estrutural'*, e o teólogo da libertação Gustavo Gutiérrez, *'pecado estrutural'*. . . Certamente assustador, e profundamente perturbador; ainda que o esforço para 'salvar o mundo', ou então 'reparar o mundo' permaneça modesto no máximo. . . Mais uma vez, Skinner estava certo (e merece ser relido). (Mattaini, 2013, p. 1, itálicos adicionados)

A Figura 1 apresenta a frequência de definições topográficas e funcionais entre os textos selecionados. Nota-se que definições topográficas foram mais frequentes que as funcionais em todas as categorias de pesquisa, um possível indicativo de que, mesmo na análise do comportamento, uma área que supostamente priorizaria definições funcionais, parece atribuir à classe "violência" majoritariamente significado topográfico.

Além de apresentarem ênfase em descrições topográficas, os trechos selecionados que tratavam da violência também a associavam a outras categorias comportamentais. Essa associação é um indicativo relevante para compreender o significado do termo. Em sentido amplo, loca-

Figura 1

Frequência das Definições Topográficas e Funcionais de Violência Distribuída entre as Categorias de Pesquisa



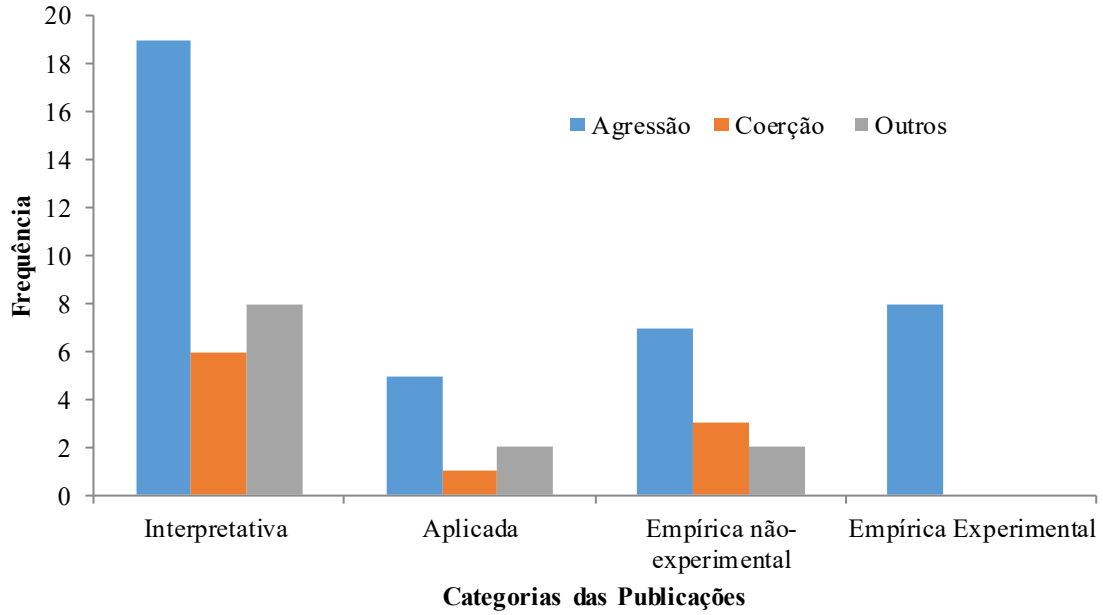
lizamos "formas de violência", isto é, classes de comportamento de topografias variadas que tinham por consequência a produção de prejuízos em suas mais diversas instâncias para as vítimas. Essa larga classificação acolheu topografias como depredações de bens privados (pichações, vandalismo) (Carvalho, Gomide & Ingberman, 2004); sabotagem (Delprato, 2002); negligência ao cuidado infantil (Valentim & Valle, 2004; Silvares, 2004); bullying, intimidações, minimização do valor pessoal e consequente auto-culpabilização (Guerin & Ortolan, 2017) e eventos como genocídios, terrorismo, violências de gangues (Mattaini, 2003a, 2003b). Apesar da presente variabilidade, foi possível organizar essas ocorrências do uso do termo "violência" em três categorias mais amplas: (a) violência como agressão; (b) violência como coerção; e (c) outros, que inclui desde perspectivas que mencionam a violência como comportamento social, no qual é levado em conta o entrelaçamento de contingências relativas a comportamentos das pessoas em grupo, até outras classificações idiossincráticas aos textos encontrados e que não se enquadram nas categorias de agressão e coerção. A Figura 2 mostra a distribuição das formas de violência entre as dimensões de pesquisa consideradas.

Violência e agressão

Como é possível notar na Figura 2, a associação da violência com a agressão é a mais frequente em todas as categorias de pesquisa. Na categoria experimental estiveram presentes somente formas de violência agressivas, que incluíam, por exemplo, o balançar brusco de macacos em contenção física (Harlow, 1937), o efeito do aperto de botões em uma situação de punição negativa (Allen, Dougherty, Rhoades & Cherek, 1996; Cherek & Dougherty 1997; Dougherty, Cherek & Lane, 1998) e a retirada abrupta de uma peça de quebra-cabeça de uma criança por outra (Gutiérrez, 2012). Autores como Allen, Dougherty, Rhoades e Cherek (1996), Cherek e Dougherty (1997), Dougherty, Cherek e Lane (1998), Gutiérrez (2012), Harlow (1937), e Roche e Barnes (1998) apresentaram a violência como comportamento agressivo

Figura 2

Frequência das Formas de Violência Distribuída entre as Categorias de Pesquisa



e este foi caracterizado como comportamento fisicamente passível de causar dano físico ou psicológico, o que pode ser considerada uma definição baseada no efeito do comportamento sobre o outro.

No entanto, na dimensão da resposta, a propriedade abstraída pelos autores que aproxima a violência de agressão parece ser a topografia observável do comportar-se agressivamente ou violentamente. Agressão é um comportamento observável para os seguintes analistas do comportamento: Allen, Dougherty, Rhoades e Cherek (1996); Cherek e Dougherty (1997); Dougherty, Cherek e Lane (1998); Murrell, Christoff e Henning (2005); Pereira e Gioia (2010); Gomes e Costa (2014); Alcorn, Rathnayaka, Swann, Moeller e Lane (2015); Soares e Goulart (2015); Fazzano e Gallo (2015) (da dimensão sobre violência homofóbica) e Soares e Neto (2016). Eles exemplificam casos em que o termo "agressão" foi preferencialmente utilizado para retratar topografias que classificam atos lesivos com danos físicos às vítimas, independente da severidade, ao invés do termo "violência", funcionalmente relegado ora a condição de sinônimo de "agressão", ora a uma classe de comportamento mais ampla da qual a agressão faria parte. Esta é a compreensão de Soares e Neto (2016):

> A Análise do Comportamento (AC) apresenta, desde cedo, interesse na investigação, compreensão e intervenção sobre fenômenos comportamentais básicos e complexos com algum impacto social visando à resolução dos problemas humanos. Um desses problemas sociais fundamentais seria *a violência, em que a agressão é o elemento básico*. . . . (p. 66, itálicos adicionados)

Gomes e Costa (2014) também compartilham da mesma compreensão sobre violência e agressão, entretanto foram ainda mais explícitas em classificar a agressão como classe para topografias com funções violentas:

> Lacerda. . . e Trovão. . ., a partir de pesquisas realizadas com mulheres vítimas de *violência cometida por seus parceiros*, propuseram que o comportamento emocional ciumento ("ciúme") não seja considerado evento causal, tampouco evento antecedente do comportamento violento contra a mulher, *e sim que a agressão pode ser entendida como uma topografia daquele*. (p. 91, itálicos adicionados)

Nesses exemplos a agressão parece ser o elemento básico da violência, aqui utilizada para se referir a comportamentos observáveis, que produzem danos físicos ao violentado. Exemplos nesse caminho advêm, sobretudo, de pesquisas experimentais e também das pesquisas que são revisões das pesquisas experimentais como as de Soares e Neto (2016) e Capelari e Fazzio (1999). Especialmente Capelari e Fazzio (1999) forneceram uma definição que é exemplarmente capaz de denotar a característica básica das compreensões sobre agressão: sua verificabilidade a partir da delimitação topográfica:

> A agressão pode ser definida como um comportamento associado à apresentação de estimulação aversiva a outro organismo; esta definição evita referências a fatores motivacionais como intenção de causar danos. Considerando esta definição adequada, porém ampla, e na intenção de ter uma resposta o mais definida possível para observação e análise, *usaremos a resposta de ataque, como referência de agressividade*. Mais especificamente, falando em ratos, *chamaríamos de uma resposta agressiva patadas ou mordidas com o animal em posição agressiva estereotipada*, descrita por Ulrich e Azrin (1962) como o animal sobre duas patas, com a cabeça para cima e a boca aberta, diante do estímulo-alvo. (p. 177-178, itálicos adicionados)

Além da dimensão topográfica do comportar-se violentamente ou agressivamente e do efeito sobre o outro (causar danos), alguns dos textos que aproximaram "agressão" e "violência" também discutiram aspectos funcionais. Alcorn, Rathnayaka, Swann, Moeller e Lane (2015), por exemplo, escreveram: "Uma forma

permanente e problemática de comportamento social é a agressão. *Agressão pode ser definida como a apresentação por um indivíduo de um estímulo aversivo a outro indivíduo, que vê o estímulo aversivo como prejudicial e busca evitá-lo*. . .” (p. 2, itálicos adicionados). Aqui a “agressão” tem como desdobramento comportamentos de fuga ou esquiva de quem entrou em contato com o estímulo aversivo. Por outro lado, Dougherty, Cherek e Lane (1998) parecem classificar a agressão como sendo em si mesma um comportamento de fuga: “Alguém poderia classificar o comportamento agressivo em seu contexto funcional como um comportamento de fuga. . . ” (p. 597).

Em resumo, em alguns textos analítico-comportamentais o termo “violência” parece estar associado a “agressão”, esta vista como uma classe de comportamento cuja definição baseia-se (a) em elementos topográficos (ação manifesta, observável), (b) em seus efeitos sobre o outro (causar dano), o que não é necessariamente uma definição funcional, (c) em sua função aversiva desencadeadora de comportamento de fuga ou esquiva do “violentado” ou “agredido”, e (d) em sua função de fuga para o agressor / violentador.

Violência e coerção

A violência também foi associada à coerção. Esta é a forma de violência que descreve relações sociais abusivas dada a assimetria de poder. Pereira e Gioia (2010), por exemplo, caracterizam o modelo de Sidman como sendo um “modelo de violência” (p. 138). Callou, Bastos, Moreira e Souza (2016) foram ainda mais explícitos:

> Além da presença do controle instrucional, a Análise do Comportamento entende *o fenômeno da violência* como sinônimo de coerção (Andery & Sério, 1997). Este conceito é apontado por Sidman (1989/2009) como o “uso da punição e da ameaça de punição para conseguir que os outros ajam como nós gostaríamos e a nossa prática de recompensar pessoas deixando-as escapar de nossas punições e ameaças” (Sidman, 1989/2003, p.17). (pp. 81-82, itálicos adicionados)

Andery e Sério (1997), citadas no trecho anterior, asseveram:

> Entendemos violência como sinônimo de coerção, tal como Sidman (1989) utiliza o termo: como a presença de controle aversivo em nossas interações com outros homens e com a natureza. E controle aversivo envolve punição, reforçamento negativo (fuga e esquiva) e privações socialmente impostas. (p. 436)

A coerção no modelo de Sidman foi compreendida como sinônimo de violência em outros textos de autores brasileiros: Mestre et al. (2004); Pereira e Gioia (2010); Callou, Bastos, Moreira e Souza (2016); Lacerda e Costa (2013); Namo e Banaco (1999); Silvares (2004); Valentim (2005); Neto, Alves e Baptista (2007). Outros autores que citam Sidman dada a sua importância histórica no estudo da coerção e suas implicações se trataram de Balvedi (2004), Amorim (1999) e Capelari e Fazzio (1999). Esses autores correspondem a 11 dos 17 textos escritos em português, um número considerável que estreita a relação entre violência e coerção na literatura brasileira. A título de comparação, dentre os textos escritos em inglês, somente dois fazem referência direta ao modelo de Sidman: Bell e Naugle (2005), sobre as determinantes que levam mulheres a permanecerem em relações abusivas, e Holth (2010), que faz uma entrevista com o próprio Sidman, na qual ele discute mais o seu trabalho experimental e teórico do que propriamente seus escritos sobre coerção. Sasson e Paul (2014) e Roche e Barnes (1998) usaram o termo “sexual coercion” para se referir à restrição e controle mantido durante a importunação sexual, mas não fizeram nenhuma menção a Sidman.

Expandindo o modelo de Sidman (1989/2009)

para interpretações de práticas sociais, Namo e Banaco (1999) pretenderam especificar quais efeitos da coerção estariam presentes em uma situação de controle coercitivo socialmente generalizado: "furtos, roubos, sequestros, furtos e roubos de veículos, roubos a instituições financeiras, mortes por acidentes de veículos, mortes de policiais militares em combate com civis, morte de civis em combate com policiais militares e suicídios" (p. 196). Todos esses comportamentos foram contabilizados como crimes cometidos decorrentes do empobrecimento da cidade de São Paulo na década de 1990. Outro exemplo conceitual derivado também do uso da obra de Sidman (1989/2009) se tratou de Neto, Alves e Baptista (2007). Os autores respondem negativamente ao papel da "consciência" na redução da violência que assola o Brasil, isto é, do conscientizar-se como condição para mudança de práticas sociais deletérias (violentas, nesse caso). A função coercitiva da violência (tratada indistintamente como coerção) foi salientada sucintamente: "´O que seria a violência´? Em última análise, seria *um conjunto de relações organismo/ambiente (comportamentos) envolvendo algum tipo de função coercitiva"* (p. 40, itálicos adicionados).

As dimensões temáticas (ver Tabela 2) da violência foram variadas nos textos que estabeleceram uma relação de equivalência entre violência e agressão. Da dimensão sexual somente Roche e Barnes (1998) e Sasson e Paul (2014) estiveram presentes. Valentim (2005) e Neto, Alves, e Baptista (2007) trataram da dimensão de violência interpessoal não específica, caracterizando-a como coerção. A discussão da violência no trânsito, em Mestre et al. (2004), também foi amparada por Sidman (1989/2009). Três textos da dimensão de violência urbana mencionaram Sidman (1989/2009), sendo Namo e Banaco (1999), Andery e Sério (1997) e Balvedi (2004). Já Callou, Bastos, Moreira e Souza (2016) e Lacerda e Costa (2013) pertencem à dimensão da violência contra a mulher. Por fim, Pereira e Gioia (2010) pertencem à dimensão da violência escolar; Silvares (2004) à infantil; Amorim (1999) à midiatizada e Capelari e Fazzio (1999) à experimental.

Em suma, a violência parece ter sido igualada à coerção em função de seus efeitos danosos à vítima, aspecto que já estava presente, como vimos, quando se discutiu a relação entre violência e agressão. No entanto, a associação entre os termos adiciona um novo elemento, ausente no caso da agressão, a saber, a função do comportar-se violentamente: fazer com que o violentado se comporte da maneira que queremos. Essa função é central na definição de coerção de Sidman (1989/2009): "Por coerção eu me refiro a nosso uso da punição e da ameaça de punição para conseguir que os outros ajam como nós gostaríamos e à nossa prática de recompensar pessoas deixando-as escapar de nossas punições e ameaças" (p. 17). Assim, se violência for sinônimo de coerção, então comportamentos violentos seriam aqueles cuja função é fazer com que as pessoas se comportem da maneira que queremos, com a adição de que esses comportamentos envolvam controle aversivo.

Outras dimensões associadas a violência

A categoria "outras", conforme defina anteriormente ao apresentarmos a Figura 2 incluiu as caracterizações de violência que não a associavam diretamente com agressão ou coerção. Dois fatores justificaram alocar os trabalhos nessa categoria. O primeiro deles foi a ausência de especificações topográficas e funcionais dos comportamentos violentos. Navarick (2012), por exemplo, tratou das diferentes violências cometidas dentro da longa cadeia comportamental e expandida característica de um genocídio (retiradas forçadas de casa, cavar sua própria cova, e, finalmente, o fuzilamento), mas não descreveu pormenorizadamente como ocorreu cada um desses atos. Pennypacker (1986),

que mencionou a violência urbana, não especificou como ela ocorria. Dillenburger e Keenan (2001) trataram do enlutamento de mulheres decorrente da violência sectária na Irlanda do Norte e apresentaram a exceção: os casos em que ocorriam as violências estiveram bem delineados entre os seus contextos de ocorrência.

O segundo fator, sendo esse o mais importante, é que alguns dos trabalhos incluídos nesta categoria tinham a característica de tratarem de fenômenos macrossociais ou práticas culturais. Nesses textos houve uma ampliação do significado de violência, que passou a se referir não só a comportamentos individuais agressivos ou coercitivos, mas também à qualificação das contingências sociais e práticas culturais que compõem uma sociedade. O autor mais representativo nessa caracterização, pelo volume de pesquisas e alcance de seus temas de pesquisa, foi Mattaini (1996, 2003a, 2003b, 2013), que mencionou genocídios, violência de ruas entre gangues, tráfico de armas e pessoas, homicídios, tiroteios em escolas e uso generalizado de armas de fogo nos Estados Unidos, como formas de violência derivadas da estruturação da sociedade: uma classe dirigente delineia deliberadamente instituições para limitar o acesso dos menos favorecidos aos mesmos recursos. Talvez por essa via de argumentação não tenha sido necessário descrever minuciosamente cada cenário de violência - a abordagem consistiu em focar não as formas que a desigualdade pode vir a tomar, mas sim suas possíveis causas. Um exemplo é suficiente para mostrar esse ponto:

> Práticas culturais (digo, *atos de violência de gangues*) são frequentemente tecidos em complexas redes de antecedentes e consequentes . . . . Em instância esses tipos de comportamentos pode ser parte governada por regras (“Eu perco respeito se eu deixar esse cara de fora da vizinhança me desrespeitar”); em parte aprendido através da imitação (observando outros membros da gangue) ganhar respeito através de atos violentos, e talvez evocados em parte por múltiplas operações estabelecedoras (e.g., altos níveis de privação no geral, incrementando a sensibilidade para qualquer fonte de reforçamento disponível) consistente com a lei da igualação. Múltiplas consequências concorrentes podem estar ativas (respeito dos pares, atenção das jovens, alívio após sair ileso de uma condição aversiva gerada pela presença de um membro de outra gangue). (Mattaini, 1996, p. 262, itálicos adicionados)

Mattaini discute nessa passagem as variadas e diversas contingências sociais mantenedoras de práticas culturais violentas: quais formas de violência emergem a partir dessa interação não precisam ser elencadas uma por uma, afinal, o interesse é descrever o mecanismo de seleção que enreda uma pessoa na criminalidade de rua. O novo elemento significativo que parece estar associado ao termo violência está justamente na dimensão sociocultural dessas análises, isto é, que vão além do comportamento de indivíduos. Aqui parece ter sentido dizer que sociedade ou a cultura, por exemplo, é “violenta”.

Considerações finais

O objetivo central desta pesquisa foi analisar o uso do termo “violência” na literatura analítico-comportamental. Partindo da teoria do significado de Skinner (1957), segundo a qual o significado de um termo está nas variáveis que controlam o seu uso (cf. Abib, 1994), esperamos ter indicado algumas dessas possíveis variáveis, guardadas, evidentemente, as devidas limitações da pesquisa bibliográfica, haja vista que não temos acesso, de fato, às variáveis que controlaram o comportamento dos autores de escrever os seus textos, mas apenas ao produto deste comportamento (i.e., os textos). E mais, o texto que apresentamos aqui é o produto do efeito da leitura desses textos (na condição de estímulos verbais), isto é, trata-se da descrição do efeito das obras sobre o comportamento dos

leitores que, ao descreverem os efeitos, se tornam autores (Skinner, 1957). Considerando que cada leitor/autor possui uma história particular, esses efeitos podem ser distintos. Essa limitação indica de maneira não trivial que os dados aqui expostos não devem ser lidos como incontestes e irrefutáveis.

Ainda assim, consideramos os dados encontrados relevantes para termos ao menos um indício do significado atribuído ao termo "violência" na literatura de análise do comportamento. Em primeiro lugar, foram variadas as dimensões de violência estudadas na área (Tabela 2), englobando desde a agressão em contexto experimental com organismos não-humanos, passando por violência contra a mulher, racial, homofóbica, até urbana e midiatizada. Ou seja, a despeito da definição que se adote, parece que violência é um fenômeno presente em diversas dimensões da experiência humana, o que torna o seu estudo ainda mais relevante. Aqui cabe outro dado: trabalhos de análise do comportamento sobre o tema se tornaram mais frequentes somente na década de 1990, o que pode indicar aumento de interesse pelo tema a partir dessa década, o que é bem-vindo, ou apenas o início do uso de um termo particular ("violência") para descrever fenômenos que antes eram descritos por meio de outros termos (e.g., "agressão", "coerção") que não estavam entre as palavras-chave de nosso levantamento.

Acerca do sentido de "violência", são vários os elementos que parecem controlar a ocorrência do termo nos textos. Em primeiro lugar, parece existir uma ênfase em fatores topográficos, em detrimento dos funcionais, na caracterização de ações como "violentas" (Figura 1), especialmente relacionados à sua magnitude e à sua ocorrência de maneira manifesta. O risco de usar somente critérios topográficos para definir o que seja violência, porém, consiste justamente na possibilidade de desconsiderar a dimensão funcional e coloca questões difíceis de responder. Haveria um limiar de magnitude que, caso passado, tornaria a resposta "violenta"? Um leve "tapinha", por sua magnitude menor, não seria considerado ato de violência, enquanto um "tabefe" o seria? O que seria considerado "leve"? Quando um ato deixa de ser um "tapinha" para se tornar um "tabefe"? Estas questões são difíceis (talvez impossíveis) de responder se desconsiderarmos os aspectos funcionais do comportar-se.

A importância de o comportamento violento ser manifesto parece ser inconteste, pois, como veremos, o efeito sobre o outro é um de seus elementos funcionais definidores. Se o outro não tem acesso ao comportamento, então esse comportamento não o afeta. Por essa razão, talvez haja pouca probabilidade de comportamentos encobertos serem considerados "violentos". Por exemplo, uma pessoa pode ter "pensamentos negativos" sobre outra, "imaginar-se" numa situação em que a esteja agredindo. O outro não foi afetado. Evidentemente, comportamentos encobertos podem ter função precorrente que tornam ações manifestas de violência mais prováveis (ter pensamentos negativos ou imaginar-se batendo em uma pessoa pode aumentar a probabilidade de ocorrência da agressão contra a pessoa), mas enquanto tais não possuem efeito algum sobre o outro. Esses comportamentos encobertos não seriam, então, violentos?

Notamos, também, uma associação mais estreita entre violência e duas outras classes de comportamento: agressão e coerção. Em relação à agressão, encontramos novamente a importância de aspectos topográficos na definição da ação "agressiva" (magnitude e ser manifesta) e também no efeito danoso sobre o outro. Incluir o "dano" sobre o outro não implica sair da dimensão topográfica, pois um hematoma (dano causado ao outro), por exemplo, não é necessariamente um elemento funcional. No entanto, há a adição de elementos funcionais na definição de agressão e, por extensão, de violência: ações "violentas" são aversivas por tornarem mais prováveis respostas de fuga ou es-

quiva no violentado e também por terem função de fuga para o agressor / violentador. O insulto, então, só seria considerado ação "violenta" caso desencadeasse fuga ou esquiva no insultado? Ou caso tivesse, em si mesmo, função de fuga para o insultador? A inclusão desses elementos funcionais é um passo relevante, mas parecem deixar de fora aspectos importantes da "violência". Um comentário machista direcionando a uma mulher só será considerado "violento" caso produza padrões de esquiva ou fuga? É como se a busca pela mudança das contingências sociais patriarcais e machistas, o que não é fuga e esquiva, mas enfrentamento da situação aversiva, acabasse por tornar as ações machistas "não violentas", já que as mulheres não estariam mais emitindo padrões de comportamento de fuga e esquiva. Evidentemente, isso é absurdo. Associar violência à função de fuga para o violentador é igualmente problemático. O comentário machista teria função de fuga para o homem o que o emitiu? Talvez nem toda ação "violenta" tenha função de fuga, e é justamente isso o que nos diz a literatura que estreitou a relação entre violência e coerção. A associação entre os termos adiciona um novo elemento funcional: fazer com que o violentado se comporte da maneira que queremos por meio do uso de controle aversivo. A partir dessa caracterização, "violência" se torna uma relação de controle; especificamente, de controle de consequências aversivas que podem afetar o outro e que, por essa razão, é utilizado para fazê-lo agir de tal ou qual maneira. Em suma, "violência" parece se tornar uma relação de "poder" sobre o outro (Goltz, 2020). Contudo, há um problema com essa concepção: ao focar apenas no controle do outro por vias aversivas, deixa-se de fora o controle do outro pela manutenção de consequências reforçadoras positivas. Esse tipo de relação de poder ou controle não seria "violento"? Obviamente, dependeria de outros fatores adicionais.

A proposta de Goldiamond (1974, 1976) em avaliar a coerção em graus e não em sentido absoluto nos ajuda a refletir sobre essa questão, ainda que não tenha aparecido na bibliografia selecionada para esta pesquisa. Para o autor, coerção deve ser analisada não necessariamente em função do uso de controle aversivo para fazer com que as pessoas se comportem como queremos, mas sim da existência e quantidade de alternativas possíveis de ação. Uma pessoa que trabalha em um subemprego E para adquirir o dinheiro necessário para a manutenção das condições básicas de sobrevivência parece estar diante de uma contingência de reforço positivo. No entanto, se não há alternativas possíveis de ação a não ser o subemprego E, isto é, se a alternativa a E é perder as condições básicas de sobrevivência, então, para Goldiamond, estaríamos diante de uma situação coercitiva. Ao contrário do modelo de Sidman, que parece focar uma relação particular entre controlador e controlado, o modelo de Goldiamond nos apresenta uma visão sistêmica. Não é preciso que exista um agente específico X controlador do sujeito Y. Os contextos social e econômico do sujeito Y podem configurar uma situação coercitiva, "violenta". É por isso que, talvez, se só utilizarmos o modelo de Sidman, falas como "a pessoa está no subemprego E porque quer" ou "ninguém mandou ela fazer E" podem se tornar mais prováveis, tendo em vista a ausência de um agente controlador particular. Se partirmos de Goldiamond, esse tipo de discurso se torna claramente equivocado: se E é o único meio de ter acesso a condições básicas de sobrevivência, o sujeito não "fez o que quer", ele não tinha alternativa. Se quisermos nos manter vivos, podemos dizer que respirar é uma escolha?

O modelo de Goldiamond também é relevante por ser útil na discussão do sentido macrossocial ou cultural da "violência". Como vimos, especialmente nos textos de Mattaini (1996, 2003a, 2003b, 2013), violência passou

a se referir não só a comportamentos individuais agressivos ou coercitivos, mas também à qualificação das contingências sociais e práticas culturais que compõem uma sociedade. Ou seja, não só comportamentos podem ser "violentos", mas todo um contexto pode ser caracterizado como tal. Um exemplo extraído de Sen (1999/2010) nos ajuda a pensar a questão. O autor relata o caso do muçulmano Kader Mia, que trabalhava em um bairro hindu na cidade de Dhaka e que, um dia, entrou em sua casa ensanguentado, após ter sido esfaqueado nas costas por supremacistas hindus. Os ânimos estavam aflorados, devido à indefinição, até então, da independência da Índia e o que se avizinhava como a separação dos territórios de maioria muçulamana. Kader Mia foi alertado por sua esposa a não trabalhar em um espaço perigoso para ele. Mas ele precisava de dinheiro para alimentar sua família. Inevitavelmente ele faleceu em decorrência do ferimento. A violência que está colocada em discussão não foi o homicídio de Kader Mia, ainda que esse ato deva ser considerado "violento" diante dos critérios acima expostos. Mas há outra dimensão da violência que vai além do ato. Trata-se de uma situação de grau zero de liberdade (Goldiamond, 1974, 1976): a única possibilidade para conseguir ter condições básicas de sobrevivência era buscar emprego em uma área perigosa para um muçulmano devido à violência sectária na década de 1940. Há um contexto social e econômico "violento" que talvez mereça levar essa qualificação por tornar frequentes situações coercitivas como a enfrentada por Kader Mia. Como afirmou Sen (1999/2010): "A privação de liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica" (p. 23). Não é claro como pode ser atribuída a responsabilidade pela situação socioeconômica de Kader Mia, seja a rede de governança do aparato estatal britânico na Índia ou sejam os administradores como entes individuais, responsáveis pelas políticas à população. A questão é saber se o *locus* de controle pode ser atribuído, em outro nível social que não é a violência interpessoal (aquela que cataloga o esfaqueamento do trabalhador muçulmano), a um Estado, a uma instituição impessoal, e, sanada tal possibilidade, se pode ser dito que isso configuraria um evento pleno de ser considerado como violento, apesar do agressor ser tão difuso e a modalidade da aventada violência ser tão evanescente, ou seja: não ocorreu nenhum tipo de agressão direta que o lesionasse imediatamente.

Não é objetivo deste trabalho apresentar uma definição inequívoca e consensual de "violência" que poderia ser usada para separar claramente comportamentos e contextos violentos dos não-violentos. Esse tipo de esforço não condiz com a própria teoria do significado behaviorista radical (Abib, 1994, Skinner, 1957) e com sua visão de mundo anti-essencialista (Carrara & Gonzalez, 1996; Palmer & Donahoe, 1992). Não há uma essência da violência. Um núcleo duro, estático e imutável compartilhado por todo e qualquer fenômeno violento e ausente em todo e qualquer fenômeno não violento. O que temos é um conjunto de elementos mutáveis, sensíveis ao contexto de uso, que nos fornecem um quadro geral sobre a miríade de significados de "violência" na literatura analítico-comportamental. O que fizemos foi localizar, organizar e refletir sobre tais elementos, guardadas, evidentemente, as devidas limitações de espaço. Esperamos que esse esforço seja de alguma valia para analistas do comportamento interessados pelo tema em suas incursões teóricas, aplicadas e experimentais.

Referências

Abib, J. A. D. (1994). O contextualismo do comportamento verbal: A teoria skinneriana do significado e sua crítica ao con-

ceito de referência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 10*(3), 473-487.

Alcorn, J. L., Rathnayaka, N., Swann, A. C., Moeller, F. G., & Lane, S. D. (2015). Effects of intranasal oxytocin on aggressive responding in antisocial personality disorder. *The Psychological Record*, *65*(4), 691–703. doi: 10.1007/s40732-015-0139-y

Allen, T. J., Dougherty, D. M., Rhoades, H. M., & Cherek, D. R. (1996). A study of male and female aggressive responding under conditions providing an escape response. *The Psychological Record, 46*(4), 651-664. doi: 10.1007/BF03395190

Amorim, C. (1999). A possibilidade de usar a análise do comportamento para analisar a violência na imprensa. In R. Kerbauy, & R. C. Wielenska, (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 4. Psicologia comportamental e cognitiva: Da reflexão teórica à diversidade da aplicação* (pp. 184-191). Santo André: Esetec.

Anderson, C. M., & Kincaid, D. (2005). Applying behavior analysis to school violence and discipline problems: Schoolwide positive behavior support. *The Behavior Analyst, 28*(1), 49-63. doi: 10.1007/BF03392103

Andery, M. A. P. A., & Sério, T. M. A. P. (1997). A violência urbana: Aplica-se à análise da coerção? In R. Banaco (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 1. Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitivista* (pp. 433-444). São Paulo: Arbytes.

August, G. J., Realmuto, G. M., Mathy, R. M., & Lee, S. S. (2003). The "early risers" FLEX program: A family-centered preventive intervention for children at-risk for violence and antisocial behavior. *The Behavior Analyst Today, 4*(1), 26-33.

Baer, D. M., Wolf, M. M., & Risley, T. R. (1968). Some current dimensions of applied behavior analysis. *Journal of Applied Behavior Analysis, 1*(1), 91-97. doi: 10.1901/jaba.1968.1-91

Balvedi, C. (2004). Relato de acompanhamento terapêutico de cliente de terceira idade decorrente da violência urbana. In M. Brandão, F. Conte, F. Brandão, Y. Ingberman, C. Moura, V. Silva, S. & Oliane (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 14. Estendendo a psicologia comportamental e cognitiva aos contextos da saúde, das organizações, das relações pais e filhos e das escolas* (pp. 13-18). Santo André: Esetec.

Baum, W. (2006). *Compreender o behaviorismo: Comportamento, cultura e evolução*. Porto Alegre: Artmed. (Obra original publicada em 2005).

Bell, K. M., & Naugle, A. E. (2005). Understanding stay/leave decisions in violent relationships: A behavior analytic approach. *Behavior and Social Issues, 14*(1), 21-45. doi: 10.5210/bsi.v14i1.119

Callou, I. C., Bastos, T. M., Moreira, J. M., & Souza, J. M. (2016). Regras descritivas ocidentais e violência contra a mulher por parceiro íntimo. *Acta Comportamentalia, 24*(1), 79-94.

Calkin, A., B. (2001). Response to bereavement: A behavioural process. *European Journal of Behavior Analysis, 2*(2), 139-142. doi: 10.1080/15021149.2001.11434188

Capelari, A., & Fazzio, D. F. S. (1999). O estudo da violência no laboratório. In R. Kerbauy, & R. Wielenska (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 4. Psicologia comportamental e cognitiva: Da reflexão teórica à diversidade da aplicação* (pp. 177-183). Santo André: Esetc.

Carvalho, M. C. N., Gomide, P. I. C., & Ingberman, Y. K. (2004). Comportamento infrator: *Locus* de causalidade. In M. Brandão, F. Conte, F. Brandão, Y. Ingberman, C. Moura, V. Silva, S. & Oliane (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 14. Estendendo a psicologia comportamental*

e cognitiva aos contextos da saúde, das organizações, das relações pais e filhos e das escolas (pp. 38-47). Santo André: Esetec.

Catania, A. C. (1999). *Aprendizagem: Comportamento, linguagem e cognição*. Porto Alegre: Artmed. (Obra original publicada em 1998)

Cherek, D. R., & Dougherty, D. M. (1997). The relationship between provocation frequency and human aggressive responding. *The Psychological Record, 47*(3), 357-370. doi: 10.1007/BF03395231

Correia, K. M. L., & Borloti, E. (2011). Mulher e depressão: Uma Análise comportamental-contextual. *Acta Comportamentalia, 19*(3), 359-373.

Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed. (Obra original publicada em 2009)

Crettiez, X. (2011). *As formas da violência*. São Paulo: Edições Loyola. (Obra original publicada em 2008)

Critchfield, T. S., & Reed, D. D. (2017). The fuzzy concept of applied behavior analysis research. *The Behavior Analyst, 40*(1), 123-159. doi: 10.1007/s40614-017-0093-x

Delprato, D. J. (2002). Countercontrol in behavior analysis. *The Behavior Analyst, 25*(2), 191-200. doi: 10.1007/BF03392057

Dillenburger, K. & Keenan, M. (2001). Islands of pain in a sea of change: Behaviour analysis and bereavement. *European Journal of Behavior Analysis, 2*(2), 187-207. doi: 10.1080/15021149.2001.11434194

Donahoe, J. W. (2004). Interpretation and experimental-analysis: An undderappreciated distinction. *European Journal of Behavior Analysis, 5*(83), 83-89. doi: 10.1080/15021149.2004.10446387

Dougherty, D. M., Cherek, D. R., & Lane, S. D. (1998). Aggressive responding in the laboratory maintained by the initiation of a provocation-free interval. *The Psychological Record, 48*(4), 591-600. doi: 10.1007/BF03395291

Duncan, P., & Hobson, G. N. (1977). Toward a definition of aggression. *The Psychological Record, 27*(3), 545-555. doi: 10.1007/BF03394476

Edwards, K. A. (1974). Physical restraint as time-out in therapy. *The Psychological Record, 24*(3), 393-397. doi: 10.1007/BF03394258

Elias, N. (1994). *O processo civilizador: Volume 1: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda. (Obra original publicada em 1939).

Fazzano, L. H., & Gallo, A. E. (2015). Uma análise da homofobia sob a perspectiva da análise do comportamento. *Temas em Psicologia, 23*(3), 535-545. doi: 10.9788/TP2015.3-02

Fromene, R., Guerin, B., & Krieg, A. (2014). Australian indigenous clients with a borderline personality disorder diagnosis: A contextual review of the literature. *The Psychological Record, 64*(3), 559-567. doi: 10.1007/s40732-014-0059-2

Fromene, R., & Guerin, B. (2014). Talking with australian indigenous clients with a borderline personality disorder diagnosis: Finding the context behind the label. *The Psychological Record, 64*(3), 569-579. doi: 10.1007/s40732-014-0058-3

Goldiamond, I. (1974). Toward a constructional approach to social problems: Ethical and constructional issues raised by applied behavior analysis. *Behaviorism*, *2*(1), 1-84. doi: 10.5210/bsi.v11i2.92

Goldiamond, I. (1976). Protection of human subjects and patients: A social contingency analysis of distinctions between research and practice, and its implications. *Behaviorism*, *4*(1), 1-41.

Goltz, S. (2020). On power and freedom: Extending the definition of coercion. *Perspectives on Behavior Science*. doi: 10.1007/s40614-019-00240-z

Gomes, H. C. R., & Costa, N. (2014). Violência contra a mulher: Uma pesquisa empírica sobre regras descritivas comuns na sociedade ocidental. *Acta Comportamentalia, 22*(1), 89-100.

Goulart, P. R. K., Delage, P. E. G. A., Rico, V. V., & Brino, A. L. F. (2012). Aprendizagem. In E. Silvares, F. Junior, & L. Priszkulnik (Orgs.), *Temas Clássicos da Psicologia sob a ótica da Análise do Comportamento*. (pp. 20-41). Rio de Janeiro: EDITORA GUANABARA KOOGAN LTDA.

Guerin, B., & Ortolan, M., O. (2017). Analyzing domestic violence behaviors in their contexts: Violence as a continuation of social strategies by other means. *Behavior and Social Issues, 26*, 5-26. doi: 10.5210/bsi.v26i0.6804

Gutiérrez, E., C. (2012). Interaciones sociales en contingencias de cooperación y competencia: ¿Comportamiento suplementario o sustitutivo?. *Revista Mexicana de Análisis de La Conducta, 38*(2), 22-38. doi: 10.5514/rmac.v38.i2.63785

Hanson, N. R. (1958). *Patterns of discovery*. New York: Cambridge University Press.

Harlow, H. F. (1937). Experimental analysis of the role of the original stimulus in conditioned response in monkeys. *The Psychological Record, 1*(5), 62-68. doi: 10.1007/BF03393191

Helfritz, L. E., Stanford, M. S., Conklin, S. M., Greve, K. W., Villemarette-Pittman, N. R., & Houston, R. J. (2006). Usefulness of self-report instruments in assessing men accused of domestic violence. *The Psychological Record, 56*(2), 171-180. doi: 10.1007/BF03395542

Holth, P. (2010). A research pioneer's wisdom: An interview with dr. Murray Sidman. *European Journal of Behavior Analysis, 11*(2), 181-198. doi: 10.1080/15021149.2010.11434342

Kahn, M. W., & Kirk, W. E. (1968). The concepts of aggression: A review and reformulation. *The Psychological Record, 18*(4), 559-573. doi: 10.1007/BF03393807

Lacerda, L., & Costa, N. (2013). Relação entre comportamentos emocionais ciumentos e violência contra a mulher. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 15*(3), 21-36. doi: 10.31505/rbtcc.v15i3.628

Mattaini, M. A. (1996). Envisioning cultural practices. *The Behavior Analyst, 19*(2), 257-272. doi: 10.1007/BF03393168

Mattaini, M. A. (2003). Understanding and reducing collective violence. *Behavior and Social Issues, 12*(2), 90-108. doi: 10.5210/bsi.v12i2.38

Mattaini, M. A. (2003). Costructing nonviolent alternatives to collective violence: A scientific strategy. *Behavior and Social Issues, 12*(2), 148-163. doi: 10.5210/bsi.v12i2.41

Mattaini, M. A. (2012). Guns: The data tell us… *Behavior and Social Issues, 21,* 1-4. doi: 10.5210/bsi.v21i0.4346

Mattaini, M. A. (2013). Editorial: Costructing justice. *Behavior and Social Issues, 22*, 1-4. doi: 10.5210/bsi.v22i0.5028

Mattaini, M. A., & Aspholm, R. (2016). Contributions of behavioral systems science to leadership for a new progressive movement. *The Behavior Analyst, 39*(1), 109-121. doi: 10.1007/s40614-015-0043-4

Mayer, G. R. (1995). Preventing antisocial behavior in the schools. *Journal of Applied Behavior Analysis, 28*(4), 467-478. doi: 10.1901/jaba.1995.28-467

Mestre, M., Rhrbacher, C. L., Oliveira, A., Macedo, D., Montenegro, I., Bin, I. L., Gomes, J., Mayer, M., Baierski, N., & Proêncio, V. (2004). *Pitboys*: Infrações de trânsito, um exemplo de violência urbana. In M. Brandão, F. Conte, F. Brandão, Y. Ingberman, C. Moura, V. Silva, & S. Oliane (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 14. Estendendo a psicologia comportamental e cognitiva aos contextos da saúde, das or-*

ganizações, das relações pais e filhos e das escolas (pp. 48-55). Santo André: Esetec.

Miller, K. B., Lund, E., & Weartherly, J. (2012). Applying operant learning to the stay-leave decision in domestic violence. *Behavior and Social Issues, 21*, 135-151. doi: 10.5210/bsi.v21i0.4015

Murrell, A. R., Christoff, R., M. M. K. A., & Henning, K. R. (2005). When parents model violence: The relationship between witnessing weapon use as a child and later use as an adult. *Behavior and Social Issues, 17*(2), 128-133. doi: 10.5210/bsi.v14i2.359

Myers, D. L. (1995). Eliminating the battering of women by men: Some considerations for behavior analysis. *Journal of Applied Behavior Analysis, 28*(4), 493-507. doi: 10.1901/jaba.1995.28-493

Namo, D., & Banaco, R. A. (1999). Contribuições do modelo de coerção de Sidman para a análise da violência de São Paulo: Relação com o contexto sócio-político-econômico. In R. Kerbauy, & R. Wielenska (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 4. Psicologia comportamental e cognitiva: da reflexão teórica à diversidade da aplicação* (pp. 192-206). Santo André: Esetec.

Navarick, D. J. (2012). Historical psychology and the Milgram paradigm: Tests of an experimentally derived model of defiance using accounts of massacres by nazi reserve police battalion 101. *The Psychological Record, 62*(1), 133-154. doi: 10.1007/BF03395793

Neto, M. B. C., Alves, A. C. P., & Baptista, M. Q. G. (2007). A "consciência" como suposto antídoto para a violência. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 9*(1), 27-44. doi: 10.31505/rbtcc.v9i1.144

Nietzel, M. T., & Himelein, M. J. (1987). Crime prevention through social and physical environmental change. *The Behavior Analyst, 10*(1), 69-74. doi: 10.1007/BF03392408

Palmer, D. C. (2011). Consideration of private events is required in a comprehensive science of behavior. *The Behavior Analyst, 34*(2), 201-207. doi: 10.1007/BF03392250

Pennypacker, H. S. (1986). The challenge of technology transfer: Buying without selling out. *The Behavior Analyst, 9*(2), 147-156. doi: 10.1007/BF03391940

Pereira, C. M., & Gioia, P. S. (2010). Formação de professores em análise do comportamento para manejo de comportamentos considerados violentos de alunos. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento, 12*(1/2), 121-145. doi: 10.31505/rbtcc.v12i1/2.419

Peterson, L., & Calhoun, K. (1995). On advancing behaviour analysis in the Treatment and prevention of battering: Commentary on Myers. *Journal of Applied Behavior Analysis, 28*(4), 509-514. doi: 10.1901/jaba.1995.28-509

Prada, C. G., & Williams, L. C. A. (2007). Efeitos de um programa de práticas educativas para monitoras de um abrigo infantil. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 9*(1), 63-80. doi: 10.31505/rbtcc.v9i1.146

Roche, B., & Barnes, D. (1998). The experimental analysis of human sexual arousal: Some recent developments. *The Behavior Analyst, 21*(1), 37-52. doi: 10.1007/bf03392779

Ruiz, M. (2009). Beyond the mirrored space: Time and resistance in feminist theory. *Behavior and Philosophy, 37*, 141-147.

Sanguinetti, A. (2014). Functional analysis of labeling acts of sexual violence: A commentary on Sasson and Paul. *Behavior and Social Issues, 23,* 50-51. doi: 10.5210/bsi.v23i0.5534

Sasson, S., & Paul, L. A. (2014). Labeling acts of sexual violence: What roles do assault

characteristics, attitudes, and life experiences play. *Behavior and Social Issues, 23,* 35-49. doi: 10.5210/bsi.v23i0.5215

Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia de Bolso. (Obra original publicada em 1999).

Sidman, M. (2009). *Coerção e suas implicações*. Campinas: Editora Livro Pleno. (Obra original publicada em 1989).

Signal, T. & Taylor, N. (2008). Propensity to report intimate partner violence in Australia: Community demographics. *Behavior and Social Issues, 17*(1), 8-19. doi: 10.5210/bsi.v17i1.1759

Silvares, E. F. M. (2004). Avaliação diagnóstica do abuso físico na infância: Implicações clínicas e de pesquisa. In M. Brandão, F. Conte, F. Brandão, Y. Ingberman, C. Moura, V. Silva, S. & Oliane (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 14. Estendendo a psicologia comportamental e cognitiva aos contextos de saúde, das organizações, das relações pais e filhos e das escolas* (pp. 19-37). Santo André: Esetec.

Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior*. New York: APPLETON-CENTURY-CROFTS, INC.

Soares, P. F. R., & Goulart, P. R. K. (2015). Induced aggression in JEAB: A survey of publications. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento, 11*(1), 93-100. doi: 10.18542/rebac.v11i1.2360

Soares, P. F. R., & Neto, M. B. C. (2016). Agressão e análise do comportamento: A história do modelo "pain-aggression". *Revista Brasileira de Análise do Comportamento, 12*(1), 65-74. doi: 10.18542/rebac.v12i1.4024

Tourinho, E. Z. (1999). Estudos conceituais na análise do comportamento. *Temas em Psicologia, 7*(3), 213-222.

Valentim, M. G., & Valle, A. C. R. (2004). Análise funcional de um caso de agressividade e mentira na infância. In M. Brandão, F. Conte, F. Brandão, Y. Ingberman, C. Moura, V. Silva, S. & Oliane (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 14. Estendendo a psicologia comportamental e cognitiva aos contextos da saúde, das organizações, das relações pais e filhos e das escolas* (pp. 56-60). Santo André: Esetec.

Valentim, M. G. (2005). Violência e omissão: Como fica o behaviorista? In H. Guilhardi, & N. Aguirre (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 16. Expondo a variabilidade* (pp. 116-121). Santo André: Esetec.

Weatherly, J. N., Plumm, K. M., & Derenne, A. (2011). Delay discounting and social policy issues. *The Psychological Record, 61*(4), 527-546. doi: 10.1007/BF03395775

Williams, L. C. A. (2001). Violência doméstica: Há o que fazer? In H. Guilhardi, M. Madi, P. Queiroz, & M. Scoz (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 7. Expondo a variabilidade* (pp. 1-12). Santo André: Esetec

World Healthy, O. (2008). *Manual for estimating the economic costs of injuries and self-directed violence.* Genebra: World Healthy Organization. doi: 10.13140/RG.2.2.20391.29604

Zilio, D. (2019). O que nos torna analistas do comportamento? A teoria como elemento integrador. *Acta Comportamentalia*, *27*(2), 233-249.

Zilio, D., & Hunziker, M. H. L. (2015). Análise biocomportamental e os termos psicológicos: uma proposta metodológica para o estudo das emoções. In J. Coelho, & M. C. Broens (Eds.), *Encontro com as ciências cognitivas: Cognição, emoção e ação* (pp. 73-97). São Paulo: Cultura Acadêmica (Unesp).